



1 **ATA DA 1ª SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO-COU/UNESPAR.** Em vinte
2 e nove de junho de 2017, os membros do Conselho Universitário – COU da Unespar,
3 se reuniram na cidade de Paranavaí, na sala de audiências da sede da Amunpar
4 (Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná), com início às nove horas e
5 trinta minutos, assim que foi cotado quórum necessário para realização da sessão
6 ordinária. O presidente do Conselho, Sr. Antonio Carlos Aleixo, fez a leitura da
7 convocação 001/2017 e da seguinte pauta: **1. Aprovação da ata da 3ª Sessão do**
8 **COU de 2016; 2. Comunicações. 3. Deliberação/aprovação de programa de pós-**
9 **graduação: “Stricto Sensu em História”. 4. Deliberação/aprovação de programa de**
10 **pós-graduação: “Stricto Sensu em Educação Matemática”. 5. Deliberação/aprovação**
11 **de programa de pós-graduação: “Mestrado em Música”. 6. Deliberação/aprovação**
12 **de programa de pós-graduação: “Mestrado em Artes Cinematográficas e**
13 **Audiovisuais”. 7. Deliberação/aprovação de programa de pós-graduação: “Mestrado**
14 **Profissional em Artes”. 8. Deliberação/aprovação da Minuta de Regulamento da**
15 **Estatuante. 9. Apreciação do Relatório de Gestão 2016. 10. Autonomia Universitária.**
16 **11. Recomposição das Câmaras do COU.** Após leitura da convocação e dos itens a
17 serem deliberados nesta sessão, o Conselheiro **Valdir Anhucci** propôs que o
18 conselho começasse o expediente discutindo sobre os processos da estatuinte e
19 autonomia universitária, visto que os demais itens de pauta são de conteúdos
20 burocráticos. Argumentou que os itens de conteúdo político deveriam ser discutidos
21 primeiro, considerando os últimos acontecimentos envolvendo imprensa e governo.
22 Diante das solicitações de inversão de pauta, o Prof. **Sydnei Kempa** solicitou
23 esclarecimento do presidente do Conselho quanto ao processo da estatuinte: se
24 trata de uma revisão ou a elaboração de um novo estatuto? E lembrou, por meio da
25 leitura de um trecho da ata da última sessão do COU, quanto à carga burocrática
26 que este processo demandará do conselho e da universidade inteira, caso o mesmo
27 seja deliberado, neste momento, sem uma devida apreciação. Diante do pedido de
28 esclarecimento levantado, o **presidente** do conselho informou a todos que a ideia de
29 iniciar uma estatuinte surgiu devido às falhas burocráticas existentes no estatuto
30 vigente. A estatuinte teria por objetivo, então, corrigir eventuais falhas, e não
31 elaborar um novo documento, descartando o existente. Ponderou que, desde o
32 credenciamento da Unespar, em 2013, o estatuto em vigor vem respondendo às
33 necessidades da Universidade. Ainda, que o trabalho daqueles que elaboraram o
34 estatuto em 2012 e 2013 não deve ser desconsiderado. Também frisou que quando
35 a Reitoria nomeou a comissão para promover um debate a partir do atual regimento,
36 a intenção era realizar melhorias e revisar alguns termos que são confusos ou
37 omissos, e não substituir o atual estatuto e regimento. Com o pronunciamento do
38 presidente sobre o pedido de esclarecimento, o prof. **Sydnei Kempa** propôs ao
39 conselho que o processo da estatuinte fosse “postergado” para a próxima sessão do
40 COU, considerando sua demanda extensa para uma discussão mais profunda sobre
41 assunto, e que o tema da autonomia universitária fosse antecipado no lugar da
42 estatuinte. Em contra partida, o prof. **Valdir Anhucci** reforçou a importância da
43 discussão a ser feita sobre a autonomia universitária, e que a mesma fosse trazida
44 para o início da pauta. Diante das ponderações sobre o regulamento da estatuinte, o
45 relator do processo, Prof. **Jean Soato**, solicitou ao presidente da sessão que o item
46 fosse retirado desta pauta. Retomando a discussão sobre a estatuinte. A Profa.



47 **Solange Pitanguera** defendeu o trabalho exaustivo da comissão elaboradora, e
48 trouxe para este debate o andamento do PDI da Unespar, informando que o mesmo
49 pode servir de base estratégica para revisão do estatuto. Ao ser questionado sobre o
50 prazo de entrega do PDI, o Prof. **Flávio Brandão** informou a todos que até
51 novembro, deste ano, o mesmo será finalizado. Ainda em regime de discussão sobre
52 a retirada de pauta da estatuinte, o Agente Universitário **Bruno Machado**, propôs ao
53 conselho, que a estatuinte deveria ser apreciada, pelo conselho, após a entrega do
54 PDI, em uma sessão extraordinária para tal, visto que o tempo de uma sessão é
55 pouco para uma discussão tão extensa como a que se pretende fazer. O Prof.
56 **Renan Araújo** questionou o conselho quanto a demora de uma sessão para outra,
57 tendo em vista a importância que este conselho tem para a universidade. O
58 **presidente**, atendendo ao pedido do relator do processo da estatuinte, retirou o item
59 de pauta. Sob regime de votação, foi aprovado pela maioria, com quatro abstenções,
60 a inversão de pauta, iniciando a ordem do dia pelo item 10: Autonomia Universitária.
61 Neste momento, a Profa **Mônica Herek** solicitou vistas ao processo do relatório de
62 gestão, apresentado para apreciação do Conselho pela Proplan. Em regime de
63 discussão sobre o pedido de vistas, o Prof. Flávio Brandão informou que o processo
64 está aberto a alterações, por se tratar de uma apreciação e não aprovação do
65 Conselho, conforme estabelece o regulamento. A Profa **Mônica** ressaltou a
66 responsabilidade do COU perante a avaliação e apreciação do relatório de gestão,
67 que é de suma importância para a administração da universidade. Ao convocar
68 votação sobre o pedido de vistas da conselheira, o Prof. **Valdir Anhucci** manifestou
69 preocupação com as consequências, para a universidade, caso este processo não
70 seja apreciado nesta sessão. Em resposta ao **presidente** sobre a preocupação do
71 Prof. **Valdir**, o Prof. **Flávio Brandão**, informou que o relatório deve ser apreciado até
72 janeiro de 2018. O presidente convocou votação para o pedido de vistas do relatório
73 de gestão, que foi aprovada pela maioria, com duas abstenções. Ato contínuo, o
74 conselho discutiu o contido no regulamento do Conselho Universitário, quanto ao
75 pedido de vistas, que impõe um prazo curto para apresentação de parecer. Foi
76 aberta uma exceção e a Profa **Mônica**, deverá apresentar o seu parecer, sobre o
77 pedido de vistas, em cinco dias úteis, a contar da data 20/07/2017. **1. Aprovação da**
78 **ata da 3ª Sessão do COU de 2016:** Os conselheiros questionaram quanto a demora
79 no envio da ata, alguns erros de digitação, e até sugeriram que as próximas atas
80 fossem enviadas previamente para que eles pudessem fazer as devidas alterações.
81 Considerando a demanda de correções e abstenções na votação que aprovaria esta
82 ata, a mesma foi prorrogada para ser apreciada na próxima sessão, e que as
83 devidas alterações fossem encaminhadas à secretaria dos conselhos. **2.**
84 **Comunicações:** O prof. **Sydnei Kempa** assumiu a presidência da sessão
85 temporariamente, e após as inscrições, foi aberto espaço para comunicações. O prof.
86 **Fábio Borges**, iniciou as comunicações expondo algumas ações que estão sendo
87 executadas pela PROGRAD. Destacou as palestras envolvendo a curricularização,
88 que serão apresentadas nos *campi* de Curitiba I e Paranavaí no mês de Julho,
89 respectivamente nos dias 13 e 14. Citou o portal “fale com o programa de
90 reestruturação de cursos” que está acessível em site oficial, e a futura
91 disponibilização do sistema *Moodle* para as discussões sobre o Programa. A Prof.
92 **Andrea Bertoldi**, do CEDH, na sua condição de suplente, trouxe ao conselho



93 informações relevantes quanto ao evento a ser realizado sobre as políticas de cotas
94 na Unespar, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre o tema. Informou,
95 também, que a Unespar aderiu ao Pacto Nacional de Diversidade e Inclusão, que
96 visa a construção de uma cultura de paz dentro das universidades, e que a Unespar,
97 nesse pacto, foi citada como modelo para as demais IES. O prof. **Elson Lima** usou
98 de seu tempo para destacar dois pontos importantes que considerou serem
99 problemáticos no âmbito da Unespar: primeiro, a não inclusão das bibliotecas da
100 Unespar no organograma da universidade, bem como elas não possuem um
101 sistema integrado, nem um setor agregador dos bibliotecários; o segundo, e o fato de
102 este conselho não ter se reunido para discutir a Carta de Londrina, algo que as
103 outras universidades já fizeram, e no ensejo deste ponto, destacou novamente que o
104 conselho deve priorizar as discussões políticas que envolvem a Unespar
105 diretamente e aumentar as sessões além das ordinárias previstas no regimento
106 interno. O Prof. **Valdir Anhucci**, tomou a palavra e protocolou um pedido de
107 informação junto à mesa, que já havia sido protocolizado posteriormente em 2015,
108 mas a demanda não foi atendida até então. Ainda, sobre outra questão, o
109 conselheiro destacou que solicitou recursos para um *coffee-break*, a ser oferecido
110 em evento do Curso de serviço Social, e o mesmo foi negado pela administração do
111 campus. Todavia, explicou que outro evento foi contemplado, com autorização da
112 Prograd, com recursos para o mesmo fim. Ponderou que o repasse de recursos
113 deve obedecer a critérios claros em edital. Da mesma forma, ponderou que a
114 liberação para contratação de temporários deve obedecer a critérios claros. O
115 conselheiro ainda no seu tempo, levantou antecipadamente o assunto que viria a ser
116 discutido mais tarde quanto à publicação feita pela Gazeta do Povo sobre os custos
117 por aluno nas universidades do Paraná. Diante da manifestação do conselheiro
118 **Valdir**, a prof. **Maria Simone, Pró-Reitora de Ensino de Graduação**, informou aos
119 conselheiros que o processo que solicitava recursos para *coffee-break*, passou pela
120 pró-reitoria, mas como não havia recurso previsto no planejamento da PROGRAD, o
121 mesmo foi negado. No despacho, a PROGRAD explicitou que o mesmo poderia ser
122 solicitado com recursos do *campus*. Em forma de esclarecimento, o prof **Rogério**
123 **Ribeiro** tomou a palavra e questionou sobre a tramitação deste processo,
124 informando que todos os processos devem ser devidamente formalizados em
125 sistemas próprios da instituição. O **presidente** ainda em questão de esclarecimento,
126 informou que cada campus possui orçamento e autonomia para gerenciar seus
127 gastos. O prof. **Federico Cavanna**, no uso de seu tempo de fala, elogiou o
128 programa de política de cotas exposto pela prof. **Andrea Sérgio**, e o sistema de
129 carteirinhas de estudantes que estão sendo confeccionadas pela Universidade.
130 Ponderou, as carteirinhas trazem uma identificação e contribuem para construção do
131 nome Unespar. Explicou, ainda, que o sistema já abrange 30% dos estudantes. O
132 conselheiro **Renan Araújo**, apontou em seu pronunciamento, os ataques à Unespar
133 feitos pelo Governo do Estado, pelo TCE, e pela Secretaria da Fazenda, assunto
134 esse que seria retomado na discussão de autonomia universitária. Também
135 enfatizou a força que a administração da universidade deve ter, que se faz com
136 processos de centralização da Reitoria, e políticas de fortalecimento dos *campi*, pois
137 é onde se discute e executa a pesquisa, o ensino e a extensão. No uso de seu
138 tempo de fala, o prof. **Sérgio Dantas**, parabenizou a elaboração do relatório das



139 audiências públicas, feito pela prof. **Edineia Navarro**, mas criticou a ausência de
140 destaque às questões políticas como autonomia universitária, o sistema meta4, e as
141 imposições do governo. Criticou, também, a omissão, no documento, de questões
142 que não foram solucionadas, o que, segundo sua avaliação, passou uma sensação
143 de comodismo ao expor apenas o que está encaminhado. Por questão de ordem, o
144 prof. **Flávio Brandão**, esclareceu que foi criada uma coordenadoria geral das
145 bibliotecas, na primeira sessão do COU de 2016, e que esta função já consta no
146 organograma da Universidade. Quanto ao sistema de bibliotecas, informou que o
147 CAD já deliberou a contratação do sistema PERGAMUM, no final de 2016, oriundo
148 de parte de um recurso do campus de Paranaguá, e que o atraso na migração dos
149 dados se deu por incompatibilidade de sistemas. Também alertou sobre a
150 disponibilização da avaliação Institucional que estará acessível em site oficial a partir
151 de julho. A prof. **Maria Simone**, em seu tempo para comunicações, se posicionou
152 contra as ações tomadas pelo governo, que tem divulgado informações errôneas
153 quanto ao custo por aluno nas universidades, e realizado cortes nas horas de CRES.
154 Em forma de repúdio, criticou essas atitudes por levar ao “sucateamento do ensino
155 superior”. Contudo, alertou ao conselho que, tanto a PROGRAD quanto a PROGESP,
156 têm trabalhado incansavelmente contra as atitudes arbitrárias do governo que
157 denigrem a instituição. O prof. **Sydnei Kempa**, iniciou seu pronunciamento
158 repudiando as recentes publicações da mídia, que expuseram dados salariais de um
159 agente universitário, sem considerar sua carreira, tempo de trabalho e adicionais
160 como: função acadêmica exercida, abono permanência e TIDE. Ele complementou,
161 ainda, que mesmo a Unespar não se encaixando no perfil criado pela notícia
162 maliciosa, também foi prejudicada, pois a matéria generaliza todas as instituições.
163 Diante da crítica, o conselheiro apresentou dados que representam de fato o perfil
164 dos agentes da Unespar, comprovando que não chega nem perto do que foi
165 divulgado. O **Prof. Aleixo**, ao usar a palavra para comunicações, explicou que é sua
166 primeira fala, a este Conselho, como Reitor em exercício na segunda gestão.
167 Destacou sua preferência pelo uso do termo “eleição” e não “consulta acadêmica”,
168 posto que, democraticamente, é direito de quem vence a consulta, ser nomeado,
169 sem qualquer interferência externa, que muitas vezes tem origem nas disputas
170 internas. Como reflexão, o presidente citou as últimas notícias referente ao
171 pronunciamento do senador Renan Calheiros sobre o “conspirador da República”,
172 nos termos de Renan Calheiros, e trouxe para a discussão a memória que possui da
173 história de Eduardo Cunha como legislador, dizendo que sua forma de exercer o
174 poder se baseia em chantagem de governo, utilizando seu cargo para garantir
175 vantagens e dinheiro, sendo o principal articulador para a retirada da Presidenta
176 Dilma do governo. Analisou que a saída da Presidenta não influenciou em nada na
177 melhora do país pois, mesmo preso, Eduardo Cunha manda de dentro da cadeia.
178 Tendo dito isto, o presidente alertou a todos, para tomarem cuidado com os
179 “perigosos Eduardo’s Cunha’s” que existem no país. Concluídas as comunicações, o
180 presidente consultou o conselho quanto ao andamento da sessão, e ficou
181 estabelecido que após o almoço seria retomada a pauta pela discussão sobre a
182 autonomia universitária. *A sessão fez uma pausa para almoço às 12h30, e foi*
183 *retomada às 13:55 seguindo à ordem do dia conforme alterações de pauta votadas*
184 *anteriormente.* **10. Autonomia Universitária:** Na sequência da pauta, o **presidente**



185 usou um curto espaço para expor algumas dificuldades enfrentadas pela Unespar,
186 como a falta de efetivo no corpo docente e administrativo, o corte na quantidade de
187 horas para contrato temporário, no qual foi negado pela secretaria da fazenda o
188 pedido de aumento, e a polêmica envolvendo as alteração que o governo está
189 impondo às instituições quanto ao TIDE. O prof. **Valdir Anhucci** questionou se as
190 alterações que estão sendo elaboradas, atingirão apenas os novos integrantes ou
191 todos os que forem renovar o TIDE. Em resposta, o **presidente** informou que o
192 documento da casa civil destaca apenas a implantação de novos TIDE's. Ainda
193 sobre o TIDE, foi explicado que um acórdão emitido pelo tribunal de contas, passou
194 a considerar o TIDE como gratificação. Se entendido desta forma, acarretará uma
195 desestabilização na gestão, visto que será necessário entregar a administração da
196 universidade nas mãos de terceiros, uma vez que os servidores de carreira não
197 podem acumular gratificação e TIDE. O presidente explicou que a SETI apresentou
198 uma proposta à Assembleia Legislativa para estabelecer o TIDE como regime de
199 trabalho, considerando um prazo de 10 anos de TIDE para que o mesmo seja
200 incorporado integralmente à aposentadoria dos docentes. O presidente também
201 mencionou alguns fatos que levaram à realização de uma reunião conjunta dos
202 conselhos Universitários das IEES, em Londrina, no dia 11 de maio. Tais fatos de
203 referem às exigências do governo quanto à entrada de todas as universidades no
204 sistema RH-META4. Tal exigência foi rejeitada pela UEM, UEL e UNIOESTE, o que
205 levou a restrições orçamentárias e tomada de contas do TCE. No ensejo, o
206 presidente lembrou aos conselheiros que recentemente a Unespar passou por uma
207 auditoria, devido à denúncia de um deputado estadual. Tal auditoria, evidenciou que
208 a Unespar não tem problemas relacionados ao TIDE. Explicou, ainda, que os
209 reitores se reuniram com o Secretário da SETI, e posteriormente com o governo
210 para discutir a entrada ou saída das universidades do META4. Porém as discussões
211 entre as universidades e o governo estão paralisadas, uma vez que as informações
212 solicitadas pela Secretaria da Fazenda não foram encaminhadas por todas as
213 Universidades. Comentou, ainda, o caso de irregularidades em pagamentos de
214 bolsas da UFPR que, ao serem divulgadas, sem o devido esclarecimento,
215 compromete todo o sistema de ensino superior público. Da mesma forma, referiu-se
216 às informações equivocadas, sobre o custo aluno das Universidades, divulgadas
217 pela mídia que confundem a sociedade. Após o pronunciamento do presidente sobre
218 os temas que serão abordadas no tema político envolvendo a autonomia
219 universitária, foram realizadas as inscrições para o debate. O prof. **Valdir Anhucci**,
220 ao tomar a palavra, explicou que a autonomia universitária deve ser auto aplicável,
221 pois a mesma é garantida por lei. Citou os artigos 180 e 207 da Constituição Federal,
222 e salientou que "só falta exercê-la". Fez um comparativo com as instituições de
223 ensino superior Paulistas, cujo modelo de autonomia apresentado pelo reitor da
224 UEM, não considerava a taxa de ICMS do estado do Paraná, dando a entender que
225 teríamos que trabalhar com um índice muito abaixo do que se pretende aplicar.
226 Questionou também que a autonomia que se quer implantar, envolve apenas a
227 liberdade para gerenciar recursos financeiros, sendo que o termo autonomia vai
228 muito além disso, como gerenciamento de pessoal, reposição de vagas e criação de
229 projetos. Também alertou para os perigos de se trabalhar com um índice de
230 aplicação de recursos, pois os números, hoje, não são favoráveis e há a



231 possibilidade de ter que se virar com “migalhas”. Criticou o governo que ao impor
232 medidas de rebaixamento das universidades, exigindo o cumprimento do META4, e
233 tentar impedir o direito do trabalhador de exercer e receber por sua carreira. O prof.
234 **Elson Lima**, complementou as palavras do prof. **Valdir**, dizendo que se a autonomia
235 é garantida por lei, ela deve ser exercida. Em crítica ao processo de tomada de
236 contas da UNIOESTE, UEL e UEM, disse que as informações das universidades são
237 públicas e que não há necessidade de exigir prestação de contas arbitrariamente, o
238 que expõe toda essa ação negativamente coordenada contra as IEES do Paraná.
239 Agindo desta forma, ponderou o conselheiro, o governo não leva em conta o impacto
240 positivo que as universidades têm para as regiões em que estão inseridas e todo o
241 desenvolvimento que promovem. Levando em conta a fala do prof. **Elson, Jorge**
242 **Ferreira** afirmou que a forma como o governo vê as universidades está errada, pois
243 só considera o custo por aluno. Isso pode levar a uma comparação, equivocada e
244 simplista, com o custo de um presidiário. Destacou, ainda, que o debate que deveria
245 ser feito sobre as universidades, tomou um rumo mais capitalista do que filosófico.
246 Apontou, também, uma forma de melhorar a imagem, ou papel da universidade para
247 a sociedade, por meio de divulgação de suas ações, destacando seus principais
248 conteúdos, sua missão. O prof **Sergio Dantas** iniciou sua fala sobre autonomia
249 questionando: “Temos isto?” Citou o META4, as restrições financeiras, os cortes nas
250 horas aula, as tomadas de contas e a pressão contínua do governo em exigir
251 informações, bem como vincular notícias falsas e difamatórias na mídia, afim de
252 acuar as instituições de ensino superior. Diante disto, justifica que ainda não há
253 autonomia. O conselheiro demonstrou sua preocupação com o rumo das medidas
254 impositivas que podem acarretar na extinção do TIDE, e também fez comentários
255 sobre a universidade ser vista como um gasto para o governo, e não um fator de
256 desenvolvimento para a região, conforme o discurso dos professores **Elson e Jorge**.
257 A prof. **Simone Jabur** trouxe para o conselho a reflexão sobre uma consulta pública
258 sobre a PLS 782/2015, de autoria do deputado Marcelo Crivella, que visa a
259 privatização das universidades públicas. A conselheira, defendeu a realização das
260 plenárias como forma de trazer a discussão política para os *campi*, mas sugeriu
261 levar a discussão para fora, para a comunidade, para conhecimento público. Por
262 meio das comunicações sociais rebater os ataques e apresentar dados que provem
263 o contrário, de forma a mudar o pensamento da sociedade quanto às universidades.
264 O prof. **Renan Araújo** lamentou a prática governamental de não cumprir seus
265 acordos assinados e prometidos, e sugeriu que para lutar contra o esgotamento dos
266 serviços públicos, a degradação salarial e as tomadas de contas desnecessárias,
267 todas as universidades com seus Reitores deveriam tomar a frente desta luta juntos,
268 e somar forças em prol de sua autonomia, apesar de suas diferenças e
269 particularidades. O prof. **Flávio Brandão** propôs ao conselho que seja feita uma
270 manifestação oficial assumindo o TIDE como regime de trabalho e não gratificação.
271 Defendeu a posição do prof. **Elson** que fez uma análise da autonomia universitária
272 baseada no índice de arrecadação do estado. O prof. **Marcelo Bourscheid**
273 destacou o ponto levantado pela prof. **Simone Jabur**, sobre divulgar e levar as
274 informações para fora da universidade, utilizando as redes sociais, e sugeriu a
275 criação de um canal da Unespar em vídeo, pois o *campus* de Curitiba II tem os
276 recursos necessários para viabilizar a produção desse material. Em seguida, o prof.



277 **Armindo Longhi** reforçou a sugestão feita pela conselheira **Simone Jabur** e o
278 Conselheiro **Marcelo Bourscheid**, dizendo que as audiências públicas foram o
279 primeiro passo, e que se continuarmos a trazer a comunidade para a universidade
280 ou levar a universidade para a comunidade, as pesquisas estatísticas irão mudar a
281 nosso favor. O conselheiro também comparou a utilização de índice orçamentário no
282 modelo de autonomia que se quer aplicar nas universidades paranaenses, como
283 uma “mesada”, e será impossível fazer o “dever de casa” com tão pouco. Com o fim
284 da primeira etapa do debate, os conselheiros fizeram novas inscrições para exporem
285 suas opiniões e ideias ao conselho. A fim de concluir seu discurso, o prof. **Valdir**
286 **Anhucci** veio à frente, se posicionando indignado com as chantagens impostas pelo
287 governo na tramitação do processo que define TIDE como regime de trabalho, que
288 para isto as instituições devem aderir ao META4. O conselheiro reiterou a
289 importância da universidade para a sua região, concordando com o que foi dito por
290 **Elson** e o conselheiro **Sérgio**. Ainda, questionou: “O que seria de Maringá, Londrina,
291 entre outros polos universitários, sem ensino superior, sem os hospitais e todos os
292 serviços prestados às comunidades?” Utilizando disto, o conselheiro criticou a mídia
293 e o governo por divulgar dados errôneos, como salário de servidor e custo de aluno,
294 sem levar em conta o retorno intelectual. Em seguida, propôs que a instituição não
295 se cale e rebata todas as acusações que denigrem sua imagem. O conselheiro
296 reiterou que a autonomia está garantida em lei, e que falta exercê-la, mas criticou a
297 falta de atitude dos reitores das universidades em lutar pelos direitos de suas
298 instituições. O prof **Walmir Salinas** utilizou de seu tempo para defender a fala dos
299 conselheiros **Marcelo** e **Solange**, que propuseram levar a discussão além dos campi,
300 assim como fez o conselheiro **João Avelar**, após criticar a divulgação dos cálculos
301 de custo por aluno, e criticou a posição das pessoas diante dos problemas políticos,
302 dizendo que a maioria se “acomodou e se conformou”. A prof. **Jackeline Veneza**,
303 última inscrita para discussão sobre autonomia universitária, defendeu que a
304 autonomia não pode ser discutida somente em conselho, mas sim na comunidade
305 interna e externa, e diante de tudo que foi discutido até o momento ela questionou:
306 “Queremos mesmo ser autônomos? Só ter o TIDE como regime de trabalho, ou
307 melhorar a qualidade de ensino a nível nacional e buscar a ampliação dos
308 trabalhos?”. Como integrante da avaliação institucional, a conselheira orientou a
309 todos sobre a importância de participar do processo de avaliação, a fim de conhecer
310 as necessidades da universidade. O prof. **Renan Araújo** propôs uma moção, como
311 forma de posicionamento do conselho perante as denúncias da gazeta, que foram
312 discutidas nesta sessão do conselho. Deu-se início a um amplo debate sobre a
313 elaboração deste documento. O presidente propôs que um grupo menor pudesse
314 redigir a moção, a partir de um texto sugerido pelo prof. Renan, indicando as
315 conselheiras **Solange Pitangueira**, **Janaina Michels** e **Simone Jabur** para auxiliar
316 na finalização da moção que viria a ser apresentada no final desta sessão, sendo
317 aprovado pela maioria com 2 abstenções o seguinte texto: “ *O Conselho*
318 *Universitário da Universidade Estadual do Paraná, reunido em 29/06, na cidade de*
319 *Paranavaí, vem publicamente manifestar-se pela defesa da autonomia universitária*
320 *conforme o art. 207 da Constituição Federal e art. 180 da Constituição Estadual,*
321 *pela defesa do Tide como Regime de Trabalho e pela retirada imediata da*
322 *Universidade Norte Pioneiro (Unep) e da Universidade Estadual do Paraná*



323 (Unespar) do sistema de gestão RH-Meta 04”. Encerrada a discussão sobre a
324 autonomia universitária e com a finalização da moção sobre o posicionamento do
325 conselho, o prof. **Carlos Molena**, como pró-reitor interino, veio à frente do conselho
326 para apresentar as propostas de mestrado a serem deliberadas. O conselheiro
327 informou que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, já deliberou as
328 propostas que passaram por dois consultores externos, e que das seis que foram
329 encaminhadas, uma foi retirada de pauta, a pedido dos proponentes para ser
330 apreciada em outro momento, devido às fragilidades encontradas no projeto. O
331 conselheiro alertou para a importância de um encaminhamento criterioso deste
332 conselho quanto às propostas de mestrado, visto que a CAPES tem tratado de
333 forma rigorosa a avaliação de implantação de novos cursos, principalmente aqueles
334 que envolvem a titulação de mestrado acadêmico. Informou, ainda, que a CAPES
335 tem manifestado preferência pelas propostas de mestrado profissional, devido ao
336 baixo custo de financiamento. O relator explicou que todas as propostas contemplam
337 as exigências da CAPES e estão de acordo com o PDI da Unespar, portanto
338 possuem base para serem encaminhadas por este conselho. Durante a votação das
339 propostas que veio a seguir, o prof. **Valdir Anhucci** sugeriu que fossem votadas as
340 propostas de mestrado acadêmico separadamente da proposta de mestrado
341 profissional, e diante da solicitação do conselheiro, o presidente pôs em votação a
342 proposta de deliberar cada proposta separadamente, para atender os critérios
343 individuais de cada mestrado, sendo aprovado pela maioria. **3.**
344 **Deliberação/aprovação de programa de pós-graduação: “Stricto Sensu em**
345 **História”** - O Relator apresentou a proposta, informando que os pareceres *ad hoc*
346 são favoráveis à implantação do projeto, que o mesmo é inovador, mesmo havendo
347 outros cursos de história em instituições próximas a Campo Mourão, fator que pode
348 influenciar na aprovação ou não da CAPES. Não havendo inscritos para regime de
349 discussão, a proposta vou deliberada com aprovação da maioria e duas abstenções.
350 **4. Deliberação/aprovação de programa de pós-graduação: “Stricto Sensu em**
351 **Educação Matemática”** - Assim como na proposta anterior, o relator informou que
352 os pareceres externos foram favoráveis. Em regime de discussão, o prof. **Fábio**
353 **Borges**, integrante do grupo que elaborou a proposta, informou ao conselho que o
354 projeto contempla apenas os docentes com a maior produção acadêmica em prol do
355 projeto. O prof. **Sérgio Dantas** explicou que o critério para inscrição dos docentes
356 no projeto levou em conta a divisão das sub-áreas da disciplina como matemática
357 pura e pedagógica, sendo os dez inscritos voltados para a didática voltada para a
358 educação. Sem mais inscritos, e colocada em regime de votação, a proposta foi
359 deliberada com aprovação da maioria e apenas uma abstenção. **5.**
360 **Deliberação/aprovação de programa de pós-graduação: “Mestrado em Música”**
361 - O relator lembrou o conselho que a proposta já foi submetida e recusada pela
362 CAPES duas vezes seguidas, mas que após uma minuciosa apuração das falhas e
363 mudanças feitas pelos proponentes, tanto os pareceres dos pareceristas externos
364 quanto da PRPPG são favoráveis ao encaminhamento da proposta mais uma vez,
365 visto que a produção científica, que se propõe, melhorou muito, em vista da primeira
366 submissão. Não havendo inscritos para regime de discussão, a proposta vou
367 deliberada com aprovação da maioria e apenas uma abstenção. **6.**
368 **Deliberação/aprovação de programa de pós-graduação: “Mestrado em Artes**



369 **Cinematográficas e Audiovisuais**” - O relator iniciou a apresentação da proposta
370 de mestrado apontando que os pareceres externos, diferente das demais propostas,
371 apontaram diversas fragilidades envolvendo a delimitação da área de concentração
372 e a linha de pesquisa. A avaliação externa foi encaminhada aos proponentes que
373 acataram as sugestões e se comprometeram a reestruturar a proposta. Em regime
374 de discussão, os professores **Elias Júnior** e **Armando Longhi** defendem a proposta.
375 Argumentaram que há uma grande chance de ser aprovada pela CAPES, visto que
376 não existem muitos projetos parecidos tramitando no estado. A prof. **Andrea Serio**,
377 concordou com a defesa dos conselheiros, reiterando que a proposta é inovadora,
378 tem um corpo docente qualificado, e que o CEPE encaminhou a proposta com
379 intenção de levá-lo à CAPES, pois existe uma chance muito grande do mesmo ser
380 aprovado, levando em consideração todas as mudanças e adaptações da proposta.
381 Não havendo mais inscritos para regime de discussão, a proposta vou deliberada
382 com aprovação da maioria e apenas uma abstenção. **7. Deliberação/aprovação de**
383 **programa de pós-graduação: “Mestrado Profissional em Artes”** - O relator
384 informou que esta proposta já havia sido apresentada para o COU, mas que em
385 vista de diversos apontamentos no seu conteúdo, o mesmo foi revisto e
386 acrescentado melhorias que ajudaram no favorecimento dos pareceres externos e
387 da PRPPG. Antes de iniciar o regime de debate, o relator **Carlos Molena** alertou aos
388 conselheiros sobre problemas gramaticais recorrentes em todas as propostas de
389 cursos, e solicitou para que todos os projetos sejam revisados antes de serem
390 deliberados pelos conselhos superiores e revisados novamente antes de serem
391 submetidos à CAPES, para evitar o atraso nos encaminhamentos internos e
392 externos por questões de língua portuguesa. A prof. **Giovana Simão** pediu ao
393 conselho que deliberem sobre esta proposta com carinho, considerando sua
394 exclusividade no Paraná, e a migração de egressos da área para outros estados,
395 devido à falta de especialização nas proximidades. A prof. **Andrea Serio** fortaleceu a
396 importância do mestrado profissional para o Paraná. Justificou que o mestrado
397 profissional é diferente, mas não menor do acadêmico, e que tem uma importante
398 premissa na inclusão de pessoas com necessidades especiais que favorece muito a
399 avaliação da proposta. O prof. **Samon Noyama**, em defesa do mestrado profissional,
400 citou o curso de mestrado profissional em filosofia do campus de União da Vitória,
401 que foi bem avaliado pela CAPES, e que o tempo de formação não muda os
402 resultados dos trabalhos desenvolvidos, deixando bem claro que o mestrado
403 profissional não é uma formação aligeirada. O prof. **Sergio Dantas** também
404 defendeu a aplicação de um mestrado profissional, da mesma forma que os
405 conselheiros anteriores, dizendo que, nesta modalidade, pode-se criar projetos e
406 trabalhos muito melhores que no mestrado acadêmico. O conselheiro frisou a
407 importância de se debater mais sobre o assunto, pois o mestrado profissional não é
408 menor que o acadêmico. Já o prof. **Valdir Anhucci**, se posicionou contrário a esta
409 modalidade de mestrado, afirmando que seu fundamento é baseado em atender o
410 mercado, com prestação de serviço, indo contra o intuito do ensino superior, que é
411 produzir conhecimento de forma crítica. O prof. **Marcelo Bourscheid** defendeu o
412 mestrado profissional, dizendo que as universidades devem se adaptar às novas
413 modalidades de ensino, pois o baixo número de inscritos no vestibular prova que a
414 demanda da sociedade não está sendo atendida, e que precisamos melhorar isto



415 abrido portas para novas ideias. A prof. **Giovana** contestou a crítica do prof. **Valdir**,
416 dizendo que não é momento de discutir política, pois esta proposta já passou pelas
417 instâncias, tem demanda e profissionais qualificados, sendo apoiada quanto ao
418 posicionamento pela prof. **Andrea**. O prof. **Cleverson Molinari** observou que a
419 implantação deste curso poderá encorajar a criação de novas propostas parecidas, e
420 que mestrados profissionais e acadêmicos devem coexistir dentro da universidade,
421 para manter a diversidade do ensino dentro da instituição. Mediante a contestação
422 das conselheiras **Giovana** e **Andrea**, o prof. **Valdir** manifestou seu respeito à
423 proposta do mestrado profissional e todo o trabalho do grupo, mas que o conselho
424 deve resgatar essa discussão e pontuar a real necessidade de se implantar cursos
425 deste tipo dentro da Unespar. Não havendo mais inscritos para regime de discussão,
426 a proposta foi colocada em votação, com a aprovação da maioria e três abstenções.
427 Justificando o voto, o prof. **Renan Araújo** afirmou que mesmo votando favorável,
428 considera importante que propostas, sejam de mestrado acadêmico ou profissional,
429 passem pelas câmaras, para que elas possam qualificar o debate. Com o
430 encerramento das deliberações dos cursos de mestrado, o **presidente** explicou que
431 nenhuma proposta passou pelo CAD, pois com a aprovação das propostas, a
432 Reitoria irá buscar as condições de estrutura física e pessoal para manutenção dos
433 cursos. Mesmo com todas as dificuldades que a universidade têm passado, o
434 presidente salientou a importância de se buscar novas práticas e em atendimento à
435 demanda do Prof. **Sérgio Dantas**, solicitou à PROEC, PROGRAD e PRPPG que
436 promovam debates quanto à educação à distância e aos mestrados profissionais. **11.**
437 **Recomposição das Câmaras do COU - CÂMARA DE PESQUISA E PÓS**
438 **GRADUAÇÃO:** Com a Saída do prof. **Armindo Longhi**, que atualmente ocupa cargo
439 de pró-reitor de extensão e cultura, ficam disponíveis duas vagas para esta câmara.
440 Com a candidatura da prof. Carina Weidle, permaneceu uma vaga restante para a
441 câmara, e o presidente propôs oferecer a vaga à prof. **Yeda Pavão** que não esteve
442 presente no conselho. CÂMARA DE EXTENSÃO, foi preenchida a vaga pelo prof.
443 Armindo Longhi. O presidente solicitou que as câmaras se reúnam para definir a
444 presidência das câmaras, considerando os novos eleitos. Ao final da pauta, deu-se
445 início à um debate entre os conselheiros sobre a quantidade de sessões que são
446 realizadas pelo COU. Os professores **Elson Lima, Valdir Anhucci, Sérgio Dantas e**
447 **Renan Araújo**, defenderam a realização de sessões extras deste conselho,
448 considerando o cenário político atual e as demandas burocráticas que necessitam
449 de encaminhamentos do COU. A estudante **Janaina Michels** e o prof. **Elias**
450 **Brandão** demonstraram as dificuldades de participar nas sessões do COU, quanto
451 ao apoio financeiro e distância geográfica respectivamente. O presidente ponderou o
452 que o COU é a instância máxima da universidade, capaz de deliberar questões
453 importantes da instituição que impactam diretamente na sua comunidade acadêmica,
454 que mesmo que seja difícil a participação no conselho, é de suma importância a
455 representação de cada conselheiro. O **presidente** propôs buscar meios de realizar
456 estas reuniões on-line, para derrubar os empecilhos de custo e distância. O debate
457 se estendeu por mais alguns instantes, alguns conselheiros como os prof. **Renan e**
458 **Elson** se propuseram a participar das reuniões sem apoio financeiro da universidade,
459 o que levantou insatisfação de outros conselheiros. Contudo o **presidente** propôs
460 viabilizar meios on-line de realizá-la. Nada mais a ser discutido, o Presidente o



461 Conselho agradeceu a presença dos participantes do conselho, e fez um
462 agradecimento especial ao presidente da AMUNPAR, Sr. Fran Boni, por ter cedido o
463 espaço físico para realização do COU. O presidente encerrou a sessão às 18:11
464 (dezoito horas e onze minutos) e, não havendo mais nada a registrar, eu, Jeferson
465 Goulart Magalhães, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente
466 do Conselho Universitário, professor Antonio Carlos Aleixo, e segue acompanhada
467 da lista de presença dos conselheiros.